

Carta do Papa sobre as diretrizes argentinas da Comunhão para recasados adquire status oficial

An. et vol. CVIII

7 Octobris 2016

N. 10

ACTA APOSTOLICAE SEDIS

COMMENTARIUM OFFICIALE

Directio: Palazzo Apostolico – Città del Vaticano – Administratio: Libreria Editrice Vaticana

ACTA FRANCISCI PP.

STATUTA

Steve Skojec.

OnePeterFive, 02 de dezembro de 2017.

[].

Tradução. Bruno Braga.

Uma carta do Papa Francisco elogiando as diretrizes episcopais que permitiriam católicos divorciados e recasados receberem em certos casos a Sagrada Comunhão, enquanto permanecem em estado de pecado grave objetivo [1], foi acrescentada agora aos atos oficiais da Sé Apostólica, conferindo status oficial ao que foi formalmente considerado por muitos meramente uma comunicação privada – e torna-se de maneira significativa

peça-chave no debate sobre a exortação apostólica *Amoris Laetitia*.

Sobre as diretrizes publicadas pelos Bispos da região de Buenos Aires, e que abririam “a possibilidade de acesso aos Sacramentos da Reconciliação e da Eucaristia” em “circunstâncias complexas” onde “limitações que diminuem a responsabilidade e a culpa” de casais que não assumirão o compromisso de “viver em castidade”, apesar de viverem em situação objetiva de adultério, o Papa disse em sua carta: “O documento é muito bom e explica completamente o significado do capítulo VIII da *Amoris Laetitia*. Não há outra interpretação”.

Em agosto deste ano, a carta foi adicionada ao site do Vaticano como um documento papal disponível para referência pública [2]. Preocupações surgiram sobre o que tinha sido visto anteriormente apenas como uma correspondência privada – e, portanto, completamente fora da esfera do magistério papal – receber a aparência de um ato papal oficial.

Outros foram rápidos em apontar que a presença de tal carta no site do Vaticano, embora perturbadora por si mesma, não conferia nenhum status ao documento, apenas publicidade. A preocupação, conforme especulei na época [3], era a de que a carta parecia estar a caminho do *Acta Apostolicae Sedis* (AAS) – o jornal dos atos oficiais da Sé Apostólica. Tal movimento iria conferir ao documento status oficial, ou pelo menos semioficial, na medida em que o AAS “contém todos os principais decretos, cartas encíclicas, decisões das congregações romanas e comunicações de nomeações eclesiásticas. Deve-se considerar o conteúdo promulgado com a publicação, e produzir efeitos três meses após a data da publicação”.

Como noticiou ontem o vaticanista Marco Tosatti [4], a introdução da carta no AAS foi agora confirmada:

“A carta ‘privada’ do Papa Francisco aos Bispos argentinos foi

publicada na edição de outubro de 2016 do *Acta Apostolicae Sedis*, após terem sido publicadas as diretrizes para a aplicação do capítulo 8 da *Amoris Laetitia* (o capítulo com as famosas notas de rodapé sobre dar a Comunhão aos divorciados e recasados). Diretrizes que, como tinha sido observado e enfatizado aqui, são tudo menos claras.

“A publicação dessa carta no *Acta* é acompanhada por uma breve nota do Secretário de Estado, o Cardeal Pietro Parolin, junto com uma transcrição oficial da audiência papal de junho de 2017, declarando que o próprio Papa quis que os dois documentos – as diretrizes e a carta – fossem publicados no site do *Acta Apostolicae Sedis*.

“A declaração só pode servir como combustível adicional na confusão e incerteza que cercam a controversa exortação apostólica e na forma de o Papa fazer as coisas, que, novamente, parece estar muito longe da clareza e objetividade que muitos fiéis esperariam do Santo Padre. Ele não deu nenhuma resposta aos Cardeais dos *dubia*, nenhuma resposta às cartas, petições e outras iniciativas de estudiosos, teólogos e fiéis comuns que estão confusos com a ambiguidade deliberada do documento. Contudo, ao mesmo tempo, ele concedeu uma aparência de oficialidade a uma carta enviada a um membro de uma conferência de Bispos.

“Com qual objetivo? Para forçar todos a darem *religiosum obsequium* [consentimento religioso] a um Magistério expresso em formas oblíquas e ambíguas? Ou responder sem se comprometer com uma resposta direta que expressaria a mente do Papa de uma forma inequívoca para os desconfiados e perplexos? Tem-se o sentimento de que a única coisa que isso faz é causar o aborrecimento do fiel para com o comportamento do Papa, que pode ser definido como *pretesco* (nota: hipocrisia), no pior sentido da palavra”.

Você pode visualizar apenas a seção relevante da edição de outubro de 2016 do AAS aqui [5]. A edição completa está

disponível aqui [6], mas uma palavra de precaução – é um documento PDF enorme, de quase páginas e 300MB de tamanho.

Alguns canais já estão noticiando que a presença da carta de Buenos Aires no AAS a eleva ao nível do “autêntico Magistério”, que exigiria o acima mencionado consentimento religioso da mente e da vontade (cf. *Lumen Gentium*, 25). Outros não estão tão certos. Pedimos uma avaliação ao Dr. John Joy [7], co-fundador e presidente do St. Albert The Great Center for Scholastic Studies e um especialista em autoridade magisterial. “Significa que é um ato oficial do Papa”, disse Joy, “em vez de um ato do Papa como pessoa privada. Então, não pode ser desconsiderado como um aval meramente privado de sua implementação da *Amoris Laetitia*. É um aval oficial. Mas isso não significa necessariamente que a carta aos Bispos argentinos seja magisterial” e, portanto, exija a submissão religiosa da vontade e do intelecto. Tal exigência, disse Joy, se aplicaria somente se o documento tivesse a pretensão de ensinar sobre questões de fé e moral.

Isso parece improvável, na medida em que a carta era um elogio às diretrizes pastorais que eram tudo menos sólidas.

Dr. Joy assinalou que acrescentar a carta ao AAS poderia, de fato, prejudicar a credibilidade da *Amoris Laetitia* por potencialmente remover a possibilidade de ser interpretada de forma ortodoxa através do estabelecimento, via publicação nos atos oficiais da Sé Apostólica, de que a interpretação não-ortodoxa é a oficial.

Marco Tosatti diz que até mesmo alguns dos apoiadores ideológicos do Papa estão supostamente perdendo a paciência com a sua ousadia:

“E mais. Se o que obtivemos de duas fontes diferentes for verdade, esse aborrecimento se estende a todo Vaticano. Um Cardeal de grande renome, ex-diplomata, que desempenhou uma carreira impressionante à frente de Congregações e altos

postos na Secretaria de Estado, teria reprovado o Papa por suas ações [como Papa], dizendo essencialmente sobre ele: ‘Nós o elegemos para fazer reformas, não para destruir tudo’. Notícias sobre essa conversa – se é que pode ser chamada de conversa – se espalharam pelo Vaticano, porque ela aconteceu em um alto nível de decibéis que ultrapassou a frágil barreira das portas e paredes. O Cardeal em questão foi um dos que apoiaram a candidatura de Jorge Mario Bergoglio no Conclave de 2013”.

Não foi a primeira vez que se noticiou uma divergência de dentro do próprio círculo do Papa. Em março, o *The London Times* noticiou que alguns dos Cardeais que ajudaram a eleger Francisco queriam que o Papa renunciasse por medo de que a sua agenda pudesse causar um cisma “mais desastroso” que o gerado por Martinho Lutero, e que a Igreja pudesse conseqüentemente ser “destruída como uma instituição” [8]. A história indicava que pelo menos alguns do grupo tinham o interesse de substituir o Papa pelo Cardeal Pietro Parolin, que está à frente da mencionada Secretaria de Estado.

No início desta semana, contamos sobre um novo livro, *The Dictator Pope* [tradução livre: “O Papa Ditador”] [9], que alega que muitos Cardeais que ajudaram a eleger Francisco estão experimentando um “arrependimento de comprador”, em parte porque Francisco “não é democrático, o governante liberal que os Cardeais pensavam estar elegendo em 2013, mas um Papa tirano como não se via há séculos”.

Parece difícil acreditar que, somente um ano depois, estejamos tentando determinar a exatidão da carta papal aos Bispos argentinos [10] – que foi colocada em questão quase imediatamente após a sua publicação – e agora sabemos que foi já no mês seguinte que ela tornou-se um ato oficial da Sé Apostólica.

Como relatado no *The Dictator Pope*, o Cardeal inglês Cormac Murphy O’Connor disse em 2013 ao jornalista Paul Valley:

“Quatro anos de Bergoglio seria suficiente para mudar as coisas”. Todos os dias recebemos novas evidências de que esse pode ter sido um eufemismo significativo.

NOTAS.

[1]. Cf. [].

[2]. Cf. [].

[3]. Cf. [].

[4]. Cf. [].

[5]. Cf. [] (PDF Espanhol/Latim).

[6]. Cf. [].

[7]. Cf. [].

[8]. Cf. [].

[9]. Cf. [].

[10]. Cf. [].